

O POVO INDÍGENA GUARANI-KAIOWÁ ESTÁ SENDO DIZIMADO. E O QUE É QUE NÓS TEMOS COM ISSO?

Robson Rodrigues Guarani Kaiowá¹
Grasiela Lima Guarani Kaiowá²

Não é de hoje que a realidade dos povos indígenas no Brasil afronta todos os princípios relacionados à dignidade da pessoa humana. De norte a sul deste país, os índios encontram-se em diferentes situações de violência e violação de direitos, agravados pela inoperância, negligência e morosidade dos poderes instituídos, além da indiferença da maior parte da população brasileira.

Contudo, um recente fato ganhou espaço nas redes sociais: a gravíssima situação do povo Guarani Kaiowá, ameaçado de expulsão de suas terras no Mato Grosso do Sul, (sobre)vivendo num estado de penúria e sob ameaças constantes de pistoleiros e fazendeiros da região. Com a campanha “Somos todos Guarani Kaiowá”, milhares de pessoas – indígenas e não-indígenas – tem se mobilizado no país em defesa da vida e em solidariedade às justas reivindicações deste povo, que se tornou paradigma da situação de resistência dos povos originários dessa *terra brasilis*.

É interessante observar que nas sociedades modernas a luta pela efetividade dos Estados Democráticos de Direito, baseada no lema da Revolução Francesa – *liberté, égalité e fraternité* - foi muito focada nos valores da igualdade e da liberdade. Porém, principalmente a partir dos movimentos ecológicos das últimas décadas do século XX, começou a se propagar a idéia de um Estado Socioambiental de Direito, a partir da convergência das agendas social e ambiental, e especialmente na elevação da fraternidade (princípio da solidariedade humana), que havia ficado em segundo plano até então.

Nesse contexto, os povos indígenas, através das suas organizações sociais, trouxeram para a cena política suas demandas, conquistando importantes direitos na Constituição de 1988 e colocando para toda a sociedade brasileira o desafio de se efetivar o Estado pluralista, com respeito às suas especificidades culturais. Mas a dura realidade vivida pelos povos originários revela que ainda estamos muito longe deste novo pacto social.

Porém, apesar da indiferença ou apatia da maior parte da população com as questões indígenas, começa a ganhar cada dia mais adeptos o movimento de pessoas que se sensibilizaram com a condição extremamente desumana imposta ao povo Guarani Kaiowá, fazendo com que seus militantes adotassem o sobrenome “Guarani Kaiowá” nas suas manifestações, num gesto de extrema solidariedade, buscando demonstrar que “somos um só” na diversidade e na luta pela dignidade de todos.

A questão da terra indígena é hoje um dos assuntos mais polêmicos, tendo em vista a grande desinformação veiculada pelos meios de comunicação, o preconceito, o

¹ Etnoarqueólogo, professor-pesquisador do CEIMAM – Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez” – da FCL/UNESP. Presidente da Fundação Araporã - robson_arqueo@yahoo.com.br. Assumiu a denominação conforme orientação da campanha “Somos todos Guarani Kaiowá”

² Socióloga, professora e coordenadora do Núcleo de Extensão e Assuntos Comunitários das Faculdades Integradas de Jaú, integrante do “Grupo de Pesquisa Educação e Direito na Sociedade Brasileira Contemporânea, da UFSCar, vice-presidenta da Fundação Araporã - grasiela_lima@yahoo.com.br. Assumiu a denominação conforme orientação da campanha “Somos todos Guarani Kaiowá”

jogo de interesses político-econômico e a improbidade com que os direitos dos povos indígenas são reiteradamente tratados no Brasil. Temos, portanto, uma co-relação de fatores que resultam em visões distorcidas e ações criminosas no que se refere ao direito fundamental e inalienável que os índios possuem sobre as suas terras sagradas, tradicionalmente ocupadas pelos seus antepassados.

A presença e a história dos Guarani Kaiowá integram a construção da realidade sociocultural do Estado de Mato Grosso do Sul, do Brasil e da América do Sul. O povo Guarani conhece perfeitamente a localização de suas áreas territoriais, estejam elas no Brasil ou em outro país. Além disso, o domínio deste povo sobre o seu território é anterior à divisão do mesmo efetuada pelos colonizadores.

No contexto histórico deste estado estas terras pertenciam às populações indígenas existentes na região e que, posteriormente, foram transferidas para outras terras de modo arbitrário, com a criação de aldeamentos oficiais pelos órgãos oficiais do Estado Brasileiro.

Historicamente, o próprio deslocamento Guarani pelo seu Território demonstra que eles são da região em questão e que não chegaram por acaso ao local. As migrações aconteciam anteriormente à vinda dos novos colonizadores, constituindo-se em aspectos próprios da cultura Guarani, e que no decorrer do processo histórico este movimento se transmutou devido aos anos de contato com o não-indígena.

Por meio de sua organização política, por sua vez, passaram a lutar pela manutenção de sua identidade e retomada de seus territórios, em geral usurpados pelos não-indígenas e, muitas vezes, regularizados pelos Governos, em um franco desrespeito a imemorialidade desses povos quanto ao seu direito originário às terras indígenas que lhes são necessárias para sua sobrevivência física e cultural à qual têm direito conforme artigo 231, da Constituição Federal de 1988.

Para garantir a efetividade deste artigo constitucional, os Guarani Kaiowá vem se deslocando para suas terras hoje ocupadas por fazendas no intuito de retomar parte de seus antigos territórios e fazer valer seus direitos. Dessa forma, lutam heroicamente pelo direito à vida e pelo reconhecimento do seu valor enquanto cidadãos, prerrogativas garantidas por lei, mas infinitamente apartadas de um cotidiano de miséria, fome, assassinato de lideranças, estupro de mulheres, sequestros para intimidação, ou seja, todo tipo de violência e injustiça.

Portanto, o que “nós-outros”, não-indígenas, temos a ver com a realidade do povo Guarani Kaiowá? Tudo, se levarmos em conta o princípio da solidariedade e o senso de justiça. Como muito bem observou a ex-senadora Marina Silva em recente artigo publicado na mídia, é preciso que abandonemos (de vez) “o olhar estagnado do colonizador que habita nossas percepções ainda hoje”, nos orgulharmos da matrizes multiculturais da nossa nação e lutarmos por um país justo, fraterno e sustentável.